

Transcorreu um ano entre este segundo número da *Anthropocénica*, que agora apresentamos, e o inaugural. Pelo meio tivemos uma pandemia, confinamentos vários, o desenvolvimento de uma plethora de vacinas com uma rapidez sem precedentes, que revela o enorme poder tecnocientífico existente, mas também alguma temeridade perante riscos ainda mal avaliados, e processos de vacinação massiva nacionais, quase todos ainda em curso.

Apesar de muita da atividade humana ter parado – com fábricas fechadas, comércio encerrado e a interação com o mundo natural reduzida a mínimos – durante períodos mais ou menos longos, ainda assim os principais indicadores dos “sinais vitais” da Terra nada ou pouco melhoraram, quando não mesmo agravaram. A título de exemplo, nem com múltiplos confinamentos as emissões globais de CO₂ diminuíram no último ano. Ora, isso faz-nos suspeitar que talvez o nosso planeta esteja já numa trajetória de irreversível evolução para um estado cada vez mais adverso para os seus habitantes, situação na qual nós, humanos, talvez tenhamos alguma, muita, pouca, responsabilidade. Não sabemos. Vamos, porém, continuar a investigar, debater e discutir esses assuntos e outros afins. Tentamos, pois, dar aqui continuidade ao propósito expresso no volume anterior da revista de trazer à atenção da comunidade científica académica contributos relevantes a esse respeito.

Este novo número está organizado em quatro secções. A primeira integra cinco artigos originais. O que a inaugura, “The commons as a paradigm shift for a regenerative Anthropocene”, da autoria de Paulo Magalhães, Álvaro Costa, Gabriela Morello, Ana Luísa Guimarães e José Viegas, examina o problema tão difícil quanto urgente de solucionar de no atual sistema jurídico e na economia internacionais o clima estável *qua* preocupação comum da Humanidade aparecer menosprezado, quando não mesmo ignorado, situação que deverá ser alterada, de acordo com os autores, se aspirarmos a um “Antropoceno regenerativo”.

O seguinte, “The anthropic risks, climate change, and coronavirus pandemic (COVID-19). A conceptual reflection on risk and disaster as a contribution to public perceptions”, por Carmen Gonçalves e Orfeu Bertolami, apresenta uma penetrante reflexão sobre como enfrentamos hoje, de modo crescente, riscos antropogénicos, que estão a ser determinantes de fenómenos como os da mudança climática global e pandemias como a causada pelo SARS-CoV-2.

No terceiro, de Sílvia Lilian Ferro, “Todo lo que vive, depende. Resignificando la vulnerabilidad corporal humana y el trabajo de cuidados en tiempos pandémicos”, submete a autora a análise a experiência da pandemia de COVID-19 por intermédio de um enfoque ambiental e interpretando-a como emergente de uma espécie de história natural-cultural da vulnerabilidade, compartilhada por humanos e não-humanos, ligada à evolução da nossa corporalidade.

O quarto, “Sangue da terra: as trajetórias de humanos, insetos e plantas e a presunção antropocêntrica”, de Mateus Amoedo Zani, leva a cabo uma biografia dos modos como os seres humanos têm vindo a interagir com uma classe de não-humanos, os insetos cochonilha e as suas plantas hospedeiras, ilustrativa da pretensão ilusória que os primeiros têm de controlar estes últimos, fazendo-os enfrentar riscos tão insuspeitos quanto perigosos.

O derradeiro, de Angel Armagno Gentile, “Identidad e Hiperstición. Mitologías en la era posthumana”, encerra um exercício crítico de revisita dos conceitos de “pós-humanismo” e “hiperstição” na sua relação com a ficção científica com o intuito de mostrar como aclaram modos de a humanidade construir visões sobre si mesma, que se tornam elas mesmas influentes na autodeterminação do seu futuro.

A segunda secção é composta por um dossiê coordenado por Maria do Carmo Mendes: “Verbo verde ou para além da escrita da Natureza”. Como o título pré-anuncia, as quatro peças conglobadas estão coerentemente unidas por constituírem estudos sobre questões de Ecocrítica, mas mantendo uma relativa heterogeneidade que as torna pregnantemente abertas a abordagens que não se acantonam no estrito (clássico) estudo das relações entre Literatura e Natureza.

Duas resenhas de João Ribeiro Mendes integram a terceira secção: *Anthropocene: Climate Change, Contagion, Consolation*, de Sudeep Sen; e *Dictionnaire critique de l’anthropocène*, coordenado pelo Groupe Cynorhodon. A esse respeito, gostaríamos de salientar o particular significado que atribuímos à primeira das resenhas. Com efeito, no editorial do primeiro número afirmámos que esta publicação pretende aproximar e entrecruzar o que denominámos, parafraseando C. P. Snow, as 4 culturas, as Ciências naturais (em especial as Geociências), as Ciências sociais, as Humanidades e as Engenharias. Queremos agora acrescentar as injustamente esquecidas culturas das Artes e das Tecnologias. Elas completam o hexágono epistémico que representa os Estudos do Antropoceno.

Na última secção encontra-se a tradução de *A Declaração de Amesterdão sobre Mudança Global*, um texto relativamente curto, com duas décadas, mas de inegável atualidade. Vem acompanhado de uma releitura do mesmo, “Vinte anos da Declaração de Amesterdão sobre Mudança Global. Uma retrospectiva”, da lavra de João Ribeiro Mendes.

À semelhança do que expressámos no volume anterior, esperamos que este novo número tenha alcançado a elevada qualidade a que aspiramos nesta revista e que encontre boa receção dentro da comunidade científica e académica, em especial junto daqueles, cada vez em maior número, que se dedicam à investigação nas áreas dos Estudos do Antropoceno e da Ecocrítica. Fica, por fim, o convite para que nos enviem os vossos melhores trabalhos para publicação.

Os editores
João Ribeiro Mendes & Maria do Carmo Mendes